

O PAPEL DOS MILITARES NA ARENA POLÍTICA NA SOCIEDADE GUINEENSE NOS ANOS DE 1973-2012

Leurana Lopes Mendes¹

Sebastião André Alves de Lima Filho²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e discutir o papel dos militares na arena política da Guiné-Bissau no período de 1973 a 2012. O foco da análise e discussão recai sobre a politização e participação ativa dos militares e das Forças Armadas na política guineense, assim como as consequências dessas ações. São abordadas também a participação dos militares e das Forças Armadas nos sucessivos golpes de Estado, bem como a instabilidade política, econômica e social que marcou a Guiné-Bissau desde sua independência até 2012. Além disso, busca-se analisar a formação das elites militares guineenses após a independência de Guiné-Bissau em 1973 e sua contribuição para a formação do Estado-Novo guineense. A presença dos militares na sociedade guineense tem sido um dos principais fatores de instabilidade democrática e retrocesso no desenvolvimento do país, muitas vezes sendo utilizada como um instrumento pelas forças políticas ou por suas ambições de poder e governança. A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, baseada em fontes bibliográficas, históricas e sociológicas. Buscamos embasar nossos conhecimentos em referências teóricas presentes em livros, dissertações, artigos científicos e metodológicos que abordam o papel dos militares na arena política guineense entre 1973 e 2012.

Palavras-chaves: Elites Militares. Politização das Forças Armadas. Golpe de Estado Democracia. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article aims to analyze and discuss the role of the military in the political arena in Guinea-Bissau between the years 1973-2012. In this article, we intend to specifically analyze and discuss the politicization and active participation of the military and the Armed Forces in Guinean politics and their consequences. The participation of the military and the Armed Forces in successive coup d'état processes, as well as political, economic, and social instability in Guinea-Bissau, is also discussed, from independence to the year 2012. Furthermore, we aim to analyze the formation of Guinean military elites after the independence of Guinea-Bissau (1973) and their involvement in the formation of the Guinean New State. The military society in Guinea-Bissau has been one of the main factors of democratic instability and developmental

¹ Graduada em Sociologia e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB

² Orientador Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Data de submissão e aprovação 21 de junho de 2023

setbacks in the country. This society is often used as a tool by political forces or their ambitions for political power and governance. The methodology used is qualitative, based on bibliographic, historical, and sociological research. We seek to support our knowledge with theoretical frameworks from books, dissertations, scientific, and methodological articles that discuss the role of the military in the Guinean political arena between 1973-2012.

Keywords: Military Elites. Politicization of the Armed Forces. Coup d'état Democracy. Guinea Bissau.

1. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um pequeno país africano situado na costa ocidental da África, com uma extensão territorial de 36.125 Km². É limitada ao Norte pela República do Senegal, a Leste e Sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. O país é composto por uma área continental e insular, com aproximadamente 80 ilhas e ilhéus, incluindo o Arquipélago dos Bijagós, a ilha de Bolama, a ilha de Pecixe e várias ilhotas ao longo da costa, muitas das quais desabitadas (BENZINHO; ROSA, 2015).

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali. Além disso, possui um setor autônomo que é o Setor Autônomo de Bissau (SAB), onde está localizada a capital do país. O clima da Guiné-Bissau é quente e úmido, típico das regiões tropicais, com duas estações distintas: a estação seca, que ocorre de dezembro a abril, e a estação chuvosa, que vai de meados de maio a novembro (BENZINHO; ROSA, 2015).

Por outro lado, a Guiné-Bissau é um país multicultural, plurilinguístico e pluriétnico. Apesar de sua pequena dimensão territorial, segundo Benzinho e Rosa (2015), existem entre 27 e 40 grupos étnicos na Guiné-Bissau. As etnias com maior expressão no país, de acordo com o censo de 2009, são: Fula (28,5% da população), seguida pela etnia Balanta (22,5%), Mandinga (14,7%), Pepel (9,1%) e Manjaco (8,3%). Além disso, existem etnias com menor representatividade, como Beafadas (3,5% da população), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,15%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%) e Balanta Mane (1%). As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população da Guiné-Bissau. A distribuição geográfica dessas etnias está relacionada com a história do país e suas atividades tradicionais.

A Guiné-Bissau foi colonizada pelos portugueses e conquistou sua independência através da luta armada, liderada por Amílcar Lopes Cabral, em 1963. A proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau ocorreu em 24 de setembro de 1973. Um ano depois,

Portugal reconheceu oficialmente a independência da República da Guiné-Bissau, em 10 de setembro de 1974.

A Guiné-Bissau é considerada, de acordo com a Constituição da República no seu artigo 1º, uma "República soberana, democrática, laica e unitária" (ANP, 1996, p.07). No entanto, a democracia guineense é institucionalmente frágil devido a sucessivos golpes de Estado realizados pelas forças militares ou Forças Armadas guineenses. O artigo 3º da Constituição da República da Guiné-Bissau estabelece que o país é um "Estado de democracia constitucionalmente estabelecida, fundamentada na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas, orientada para a construção de uma sociedade livre e justa" (ANP, 1996, p.7).

Segundo Dahl (2001, p. 21), "o termo democracia deriva do grego, com a junção de DEMOS, povo, e KRATIA, governo, o que resulta em governo do povo". O significado básico da democracia é um sistema político no qual o povo governa, e não aristocratas ou monarcas. Schumpeter argumenta que a democracia é um método político, ou seja, um determinado tipo de estrutura institucional para tomar decisões políticas (legislativas ou administrativas) e, portanto, não pode ser um fim em si mesma, sem relação com as decisões que produzirá em condições históricas específicas (SCHUMPETER, 1961, p.295-6). Isso significa que a democracia é o governo em que o poder é exercido pelo povo. Nesse tipo de sistema político, todas as decisões políticas importantes estão nas mãos do povo, que detém o poder soberano sobre o poder legislativo e executivo, elegendo seus representantes através do sufrágio universal ou processo de seleção por meio de votação.

A democracia é um sistema político muito benéfico, pois promove igualdade de direitos dos cidadãos e liberdades fundamentais do povo. Segundo Estevão (2013, p. 64-76), "as democracias são sempre favoráveis à realização dos direitos humanos em todas as áreas". É o único sistema político que apresenta a melhor forma de governo em relação a outros sistemas políticos já experimentados, pois permite a participação do povo na tomada de decisões e na escolha de seus representantes, além de garantir a liberdade de expressão e opinião, o direito de ir e vir, o direito à vida, saúde, educação, moradia, alimentação e segurança.

A Guiné-Bissau é um país que enfrenta constantes instabilidades políticas e sociais, incluindo ditadura militar, impunidade, nepotismo, autoritarismo, perseguição política, sequestros, espancamentos e violência gratuita contra o Estado de direito e a democracia. A liberdade de manifestação e opinião estão ameaçadas ou inexistentes em um país que se autodenomina democrático. Ao longo dos anos, o país tem sido marcado por violações dos direitos humanos, com as forças armadas assumindo um papel de destaque e cometendo graves

abusos, muitas vezes com total impunidade. Esses abusos incluem maus-tratos, torturas, mortes, supressão da liberdade de expressão, detenções arbitrárias e humilhações públicas a civis. De acordo com a Anistia Internacional (2010: 6-8), a fragilidade do sistema judicial e de outras instituições do Estado, bem como a falta de investigações e condenações por violações dos direitos humanos perpetradas por soldados, têm contribuído para a impunidade desfrutada pelas forças armadas.

Segundo o cientista político norte-americano Samuel Huntington (1994), a Guiné-Bissau, assim como outros países africanos como Angola e Moçambique, sofreu sob o domínio colonial europeu e sua administração violenta, fascista e antidemocrática (regime ditatorial). O regime colonial português deixou um legado de caos e marcas profundas de violência e genocídio contra os povos colonizados, incluindo o povo guineense. Esse evento sangrento contra o povo guineense tornou-se um grande problema histórico, político e social dentro da sociedade guineense.

Após a independência, o aparelho administrativo do Estado da Guiné-Bissau foi ocupado por ex-combatentes da luta pela independência, principalmente pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que participou ativamente do processo armado de libertação. A maioria dos ocupantes dos cargos administrativos do Estado guineense após a independência (durante o regime de partido único) eram chefes militares que lutaram pelo PAIGC.

Durante o regime de partido único, o PAIGC enfrentou sérias crises internas entre seus membros. Essas crises internas no partido levaram ao primeiro golpe de Estado em 14 de novembro de 1980, liderado pelo comandante-geral João Bernardo Vieira (Nino), conhecido como Movimento Reajustador. Esse movimento afastou do poder o primeiro presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral (irmão mais novo de Amílcar Lopes Cabral), antes da abertura democrática no país (monopartidarismo).

O golpe militar de 1980 resultou na deposição do chefe de Estado guineense, Luís Cabral, que governou o país por mais cinco anos. Desde esse golpe até 2012, a Guiné-Bissau tem enfrentado uma profunda crise política, econômica e social, além de uma série de violências contra as instituições democráticas, assassinatos de figuras públicas e sucessivos golpes militares. Parece que os principais responsáveis por essa situação são os atores políticos, militares e as forças armadas, que têm desempenhado um papel fundamental na instabilidade democrática e na desestabilização do Estado de direito e democracia no país.

O golpe militar mais devastador que a Guiné-Bissau enfrentou foi o golpe de 7 de junho de 1998, que durou 11 meses. Esse golpe desencadeou uma guerra civil entre as forças

"governamentais", lideradas pelo presidente general João Bernardo Vieira (Nino), eleito democraticamente, e a "Junta Militar", liderada pelo general brigadeiro Ansumane Mané (chefe do Estado Maior das Forças Armadas na época). Foi um dos golpes de Estado mais sangrentos e violentos na história do país desde a abertura democrática. Em 7 de junho de 1998, o país acordou sob intenso bombardeio de um grupo de militares liderado pelo brigadeiro Ansumane Mané, resultando em muitas vidas guineenses perdidas.

O principal catalisador para o surgimento do conflito político-militar que destruiu completamente o setor produtivo do país e cujas consequências políticas, econômicas e sociais ainda persistem, foi o caso do suposto tráfico de armas para os rebeldes da região de Casamansa, que o Estado senegalês tem combatido há muito tempo.

Segundo a história vinculada a esse golpe militar de 1998, o presidente João Bernardo Vieira decidiu criar uma comissão de inquérito por meio da Assembleia Nacional Popular (ANP), composta por partidos políticos, com o objetivo de investigar as suspeitas de envolvimento de Ansumane Mané no tráfico de armas para os rebeldes de Casamansa, no Senegal.

Após a investigação, o general Ansumane Mané, então Chefe do Estado Maior e General das Forças Armadas, foi acusado como o principal envolvido no tráfico de armas para os rebeldes de Casamansa. Como resultado disso, o golpe militar de 1998 foi deflagrado e o presidente general João Bernardo Vieira foi deposto. Durante esse conflito civil-militar, ocorreram várias mediações por parte de comunidades religiosas e foram realizados diversos acordos de negociação de paz no país, envolvendo países parceiros como Senegal, Nigéria, Portugal e outros.

A história política da Guiné-Bissau, conforme narrada, é de fato marcada por uma série de golpes de Estado militares e instabilidades políticas ao longo das décadas. Depois do acordo de paz de novembro de 1998, o país estabeleceu um governo de união nacional e realizou novas eleições, que levaram Kumba Yalá a ser eleito presidente em janeiro de 2000. No entanto, esse período de relativa estabilidade não durou muito tempo.

Em 14 de setembro de 2003, ocorreu outro golpe de Estado militar contra o presidente democraticamente eleito, Kumba Yalá. As chefias militares, lideradas pelo general Veríssimo Seabra, justificaram o golpe alegando a "incapacidade" do governo em lidar com questões como a estagnação econômica, instabilidade política, intrigas entre grupos étnicos e descontentamento militar relacionado a salários não pagos. Questões étnicas e religiosas também foram fatores que contribuíram para a instabilidade política e social no país.

Após o golpe de 2003, o país entrou em um período de governo de transição liderado pelo empresário Henrique Pereira Rosa, pertencente à etnia papel e à religião católica. Durante essa transição, a comunidade católica ofereceu um grande apoio. Em março de 2004, ocorreram eleições legislativas, e o PAIGC conquistou a maioria das cadeiras na Assembleia Nacional, levando Carlos Gomes Júnior a ser nomeado primeiro-ministro.

Contudo, a falta de pagamento de salários atrasados aos militares enviados para a Libéria como soldados da ONU levou a um motim em outubro de 2004, resultando na morte do chefe de Estado-Maior, general Correia Seabra. Esse levante terminou com uma anistia geral para os envolvidos em insurreições desde 1980.

Em maio de 2005, a Corte Suprema autorizou os ex-presidentes João Bernardo Vieira e Kumba Yalá a retornarem ao país e concorrerem nas eleições presidenciais. Vieira ganhou o segundo turno e dirigiu dois gabinetes sucessivos, que tiveram curta duração devido a desacordos na divisão de ministérios entre PAIGC e PRS, os principais partidos políticos.

Essa sucessão de golpes e instabilidades políticas mostra como a Guiné-Bissau tem lutado para manter uma democracia estável e efetiva, enfrentando desafios significativos ao longo do tempo. A influência de questões étnicas e religiosas, juntamente com a luta pelo poder político, têm sido fatores-chave nessa instabilidade política.

Em agosto de 2008, Vieira nomeou Carlos Correia como primeiro-ministro, após dissolver o Parlamento e convocar eleições legislativas para novembro. Poucos dias antes, os serviços de segurança do Exército do país prenderam o almirante José Américo Bubo Na Tchuto, acusado de preparar um golpe de Estado. Em 16 de novembro de 2008, o PAIGC obteve a maioria absoluta na eleição legislativa com 67 das 100 cadeiras do Parlamento. Após outra tentativa de levante militar, em 23 de novembro, o presidente Vieira nomeou Carlos Gómez Júnior, líder do PAIGC, como primeiro-ministro, em 26 de dezembro. Em 2 de março de 2009, Vieira foi assassinado por soldados leais ao chefe do Estado-Maior do Exército, general Tagmé Na Wai, morto no dia anterior em um atentado a bomba.

Após a morte do presidente Vieira, um dia depois, o líder parlamentar Raimundo Pereira tomou posse como presidente interino. De acordo com a constituição do país, Pereira tinha 60 dias para realizar eleições presidenciais. Em 2009, ocorreram as eleições presidenciais, nas quais o presidente Malam Bacai Sanhá saiu como vencedor.

Em 1º de abril de 2010, ocorreu uma revolta militar na Guiné-Bissau. O primeiro-ministro Carlos Gomes Junior foi colocado sob prisão domiciliar por militares liderados pelo Chefe do Exército, Zamora Induta. Os defensores de Gomes e seu partido, o PAIGC, reagiram

ao movimento, protestando na capital. Após negociações, Carlos Gomes Júnior retornou ao seu posto.

Em 12 de abril de 2012, véspera do início da campanha para a segunda volta da eleição presidencial, o pleito eleitoral de 2012 deu a vitória a Carlos Gomes Junior (do partido PAIGC) no primeiro turno com 48,97% dos votos. Kumba Yala, do PRS, obteve 23% dos votos, e Serifo Nhamadjo, dissidente do PAIGC, conseguiu uma cifra de 15,75%. As percentagens dos votos obtidos por Gomes Junior permitiram a realização da segunda volta eleitoral (RAMET, 2012). O candidato Carlos Gomes era cotado como um dos possíveis vencedores do pleito eleitoral, mas Kumba Yala, líder do Partido da Renovação Social (PRS), e outros opositores derrotados na primeira volta, organizaram uma conferência de imprensa alegando fraudes cometidas por Carlos Gomes, candidato do PAIGC.

Os militares ocuparam a rádio nacional, a sede do PAIGC e atacaram com foguetes, morteiros e granadas a residência do primeiro-ministro em fim de mandato. O candidato mais votado foi preso em sua residência por militares, juntamente com o presidente da República interino, Raimundo Pereira. Nesse dia, tudo parou, a rádio nacional e a Televisão Estatal deixaram de emitir ao serem tomadas pelos militares revoltosos.

Após alguns dias, os militares guineenses alegaram a autoria do golpe, comandado por António Indjai, antigo membro da Junta Militar que destituiu o governo de Nino Vieira em 1999, e do Comitê Militar para a Restituição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD), responsável pela deposição do regime de Kumba Yala em 2003. Dias após o golpe de 12 de abril, os militares nomearam um presidente de transição, Manuel Serifo Nhamadjo, que liderou o país durante dois anos sob o comando dos militares que realizaram o golpe, até que eles decidiram marcar a realização das eleições presidenciais em 2014, vencidas por José Mário Vaz, segundo Sousa (2012), aponta que:

A autoria do golpe é assumida por um comando militar sem que sejam bem identificados quem faz parte dele. O autointitulado comando militar, porém, informa através do seu porta-voz, o tenente-coronel Daba Na Walna, que não se tinham registrado alterações ao nível das chefias militares. O General António Imjai (CEMGFA) alguns dias depois do golpe e após alguma contrainformação surge a frente dos golpistas. (SOUSA2012, p.90)

Ao analisarmos a estrutura da elite militar na Guiné-Bissau, podemos observar uma característica persistente desde o golpe de 1998. O General António Indjai, por exemplo, desempenhou um papel significativo no afastamento do Presidente Nino Vieira em 1999 e foi

membro do Comitê Militar para a Restituição da Ordem Pública (CMROP), que destituiu o governo de Kumba Yala.

Após o afastamento de Carlos Gomes Junior, candidato do PAIGC, o país enfrentou uma série de presidentes que foram removidos pelas chefias militares, além dos assassinatos dos chefes das CEMGFA durante o exercício de suas funções.

Na Guiné-Bissau, as Forças Armadas têm exercido uma autonomia em relação ao governo civil eleito. Em muitos casos, os militares ocuparam posições de destaque nos governos civis, enquanto o governo civil teve que se envolver diretamente com as chefias militares. Essa dinâmica foi observada nos governos de transição liderados pelos ex-presidentes Malam Bacai Sanha (1999) e Henrique Rosa (2003), nos quais os chefes de Estado estavam subordinados às ordens das chefias militares.

É evidente que os oficiais militares guineenses priorizam sua imagem e a percepção da sociedade em relação a eles. Eles têm uma predileção por uma vida luxuosa, desfrutando de benefícios como carros importados e salários elevados. Para obter a proteção dos militares ou demonstrar poder, o governo eleito procura agradar às Forças Armadas, concedendo-lhes condecorações e medalhas, e destacando seus altos valores nacionais em cerimônias oficiais, onde os políticos muitas vezes se apresentam trajando fardas militares para enfatizar seu poder e força.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo de transição política na Guiné-Bissau tem sido constantemente questionado por atores políticos, visto que não foi uma transição transparente e não resultou em uma mudança completa do regime autoritário para uma democracia plena. De acordo com HOUNGNIKPO (2012, p. 02), "em muitos estados africanos, incluindo a Guiné-Bissau, a democratização e a consolidação das reformas políticas têm sido severamente inibidas pelas forças armadas, que regularmente intervêm em assuntos políticos e econômicos".

Ao analisar a história política da Guiné-Bissau em diferentes períodos, é imprescindível considerar o papel das Forças Armadas e dos militares como elementos centrais da análise, levando em conta seu envolvimento desde o período colonial sob a colonização portuguesa até o pós-independência. Ainda hoje, o país enfrenta momentos de instabilidade política, com as Forças Armadas continuando a exercer influência e controle sobre os governos civis. Conforme Max Weber (2001, p. 128) afirmou, "o poder significa a probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social, mesmo diante de resistências, independentemente de suas bases fundamentais".

No caso específico da Guiné-Bissau, observamos exemplos concretos do exercício do poder por parte dos militares. O golpe de 1998 e o ocorrido em 12 de abril de 2012, no governo de Carlos Gomes Junior, são evidências de como os militares podem ameaçar e assumir o poder à força, indo contra a vontade do povo e colocando em posições de destaque aqueles que lhes agradam. Nesses momentos, os militares demonstram o poder que detêm no país.

Conforme Hounnikpo (2012, p. 02), "abrir fogo contra civis desarmados é um sinal claro de que alguns comandantes militares na África consideram seu dever defender o regime que está no poder em vez de respeitar a constituição". O poder pode ser entendido como a capacidade de impor interesses a alguém, a um grupo de pessoas ou instituições, direta ou indiretamente, em determinada situação.

Os militares guineenses desfrutam do poder de fogo que possuem em relação ao povo e ao próprio governo, e alguns líderes aproveitam essa força para obter privilégios. No entanto, aqueles que não compactuam com essa dinâmica têm mostrado falta de capacidade para estabelecer uma política nacional de defesa e segurança que defina as missões das Forças Armadas no país.

Gomes (2010, p. 17) afirma que "as Forças Armadas são detentoras de poder e constituem um dos obstáculos para a consolidação do Estado de Direito democrático na Guiné-Bissau". As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), criadas pelo PAIGC durante a luta armada de libertação, tornaram-se o exército nacional e passaram a integrar alguns órgãos de soberania.

De acordo com Huntington (1956), os militares não se preocupam apenas com promoções e hierarquias, mas sim com a distribuição do poder e a manutenção de seu status dentro do sistema político vigente. Esse argumento pode ser utilizado para analisar a situação da Guiné-Bissau, onde os militares demonstram mais preocupação em manter o poder, destituindo diversos governos democraticamente eleitos pelo povo e intervindo na vida política por meio de pressões para impor seus interesses.

Segundo Embaló (2012), alguns líderes militares consideram-se políticos, o que leva a comportamentos que contradizem as normas básicas de conduta militar e as normas democráticas estabelecidas na Constituição. Conforme Djaló (2000, p. 26), "todas as grandes crises políticas da Guiné-Bissau, com exceção da luta pela libertação nacional, são geradas pela capacidade de seus atores de transformar a racionalidade individual em ação coletiva".

Gomes (2010, p. 04) destaca que "os militares sempre compartilharam o poder político na Guiné-Bissau, desde os primeiros anos da independência e durante o sistema político de partido único". Eles ocuparam posições relevantes nos poderes Legislativo e Executivo, como

deputados, ministros, primeiro-ministro e presidente da República. Nesse período, não havia uma distinção clara ou separação entre o exercício militar e o exercício do poder político, pois o país vivia sob uma ditadura militar.

Os conflitos têm sido uma parte integrante da história da Guiné-Bissau, assumindo diferentes formas em cada contexto. Inicialmente, foram lutas de resistência contra o domínio colonial português. No entanto, ao longo do tempo, esses conflitos evoluíram para tensões internas e disputas políticas baseadas na busca pelo poder. Nesse cenário, tanto as elites militares quanto as elites políticas parecem ignorar o propósito e o funcionamento do Estado, mostrando falta de conhecimento ou habilidade para lidar com as instituições democráticas. Em vez disso, concentram-se apenas na luta pelo poder pessoal.

Essa busca incessante pelo poder político leva as elites a acreditarem que é dentro da política e das estruturas republicanas e estatais que encontrarão a solução para seus problemas pessoais. No entanto, essa mentalidade tem sido um dos principais problemas na Guiné-Bissau, gerando uma forte instabilidade que impede o desenvolvimento do país.

2. OS EFEITOS DOS CONFLITO NO ATUAL GUINÉ-BISSAU

Para compreender a situação político-militar na Guiné-Bissau, é necessário examinar a relação entre as forças armadas e a política, entender como as características próprias da instituição militar influenciam as práticas políticas e identificar os fatores que podem influenciar o posicionamento político dos militares. Ao discutir essas conexões, podemos compreender por que um governo civil eleito pelo voto popular não consegue governar sem a interferência militar.

De acordo com Alfred Stepan, um renomado estudioso de temas relacionados ao Brasil, em seu livro "Os militares na política", publicado em 1975, é importante não isolar as Forças Armadas do sistema político como um todo, pois existe uma interação entre a corporação militar e o restante da sociedade que não pode ser negligenciada nas análises.

Stepan argumenta que três elementos são fundamentais para a discussão do papel dos militares na política: a origem socioeconômica, a análise empírica e o contexto histórico. Ele ressalta que diferenças individuais podem influenciar a tomada de decisões políticas, como a personalidade, a origem regional e socioeconômica, os setores em que cada militar serviu, os envolvimento políticos passados e as experiências de carreira. No caso específico da Guiné-

Bissau, conforme apontado por Teixeira (2015), isso inclui interesses partidários, regionais, étnicos, religiosos e até mesmo internacionais, com ênfase especial na dimensão étnica.

Segundo Teixeira (2015), o problema cultural e étnico nas democracias africanas, e especialmente na Guiné-Bissau, é preocupante. Os governantes tendem a favorecer certas etnias e interesses regionais em detrimento de outros, oferecendo incentivos e privilégios aos seus grupos étnicos e regionais como forma de garantir a reeleição. Essa situação contribui para a intolerância étnica incentivada por políticos demagógicos e corruptos, além da falta de "consciência nacional" entre os diferentes grupos étnicos. Esses fatores são algumas das causas que levam à desagregação social e aos conflitos étnicos, inclusive dentro das próprias Forças Armadas nacionais.

Conforme Huntington (1975), em todas as sociedades, os militares se envolvem na política em busca de melhores salários e efetivos maiores, mesmo em sistemas políticos como os dos Estados Unidos e da extinta União Soviética, que possuem mecanismos quase impecáveis de controle civil. No entanto, em sociedades mais pobres e subdesenvolvidas, os militares não se preocupam apenas com salários e promoções, mas estão mais interessados na distribuição de poder e status dentro do sistema político vigente.

Todas essas considerações nos aproximam do caso da Guiné-Bissau e da questão da autonomia militar em relação ao poder civil. Essa autonomia é profundamente enraizada em todas as instâncias do governo, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer controle civil sobre as Forças Armadas.

Em muitos casos, e quase sempre, a escolha do governo civil foi e ainda é influenciada pelos militares. Conforme Santos (1996), a transição política na Guiné-Bissau foi mal sucedida, pois ocorreu em um contexto de baixo grau de institucionalização, o que não permitiu uma democratização efetiva do país e não proporcionou condições para a independência dos três poderes institucionais (Judiciário, Legislativo e Executivo).

Segundo Teixeira (2015), se os militares continuarem a exercer autonomia sobre o sistema político, ocupando cargos-chave nos ministérios e interferindo nos assuntos políticos, as chances de um golpe bem-sucedido são de aproximadamente 85%. Esses percentuais não são precisos nem universais, variam de acordo com o momento político de cada país.

O autor destaca que a influência dos militares na política guineense vai além disso, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer controle civil sobre eles, e ainda há vestígios dessas ações que podem ser percebidos em todos os órgãos públicos do Estado. De acordo com a Constituição da República de 1996, no Artigo 20º da seção 1, é estabelecido que:

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. 4- As FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política. Artigo 21º, as forças de segurança têm por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no ativo, exercer qualquer atividade política. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1996, p.6)

Essas declarações são apenas palavras no papel, pois na prática ocorre exatamente o oposto. Os militares continuam exercendo autonomia sobre o sistema político, sendo os detentores do poder, o que gera corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de conflitos entre as etnias para se manterem no controle. Eles ocupam cargos-chave nos ministérios e interferem nos assuntos políticos. Um exemplo claro disso são os golpes de Estado, como menciona Teixeira a seguir:

O anterior ministro dos negócios estrangeiros, Hugo Monteiro, foi incumbido ao cargo pelo consentimento do Chefe de Estado Maior Veríssimo Seabra. Após o levantamento militar de 07 de junho em 1998. Francisco Fadul (atual presidente do PUSD) assumiu o governo de transição em 1999 por consentimento do general Assumane Mané. Henrique Rosa que dirigiu o país, em 2003, o qual contou fortemente com o apoio da sociedade civil dirigida pela Igreja Católica, também chegou ao cargo por consentimento das chefias militares. TEIXEIRA, 2022, p.11)

Esses atos de violência cometidos pelos militares permitem que políticos sem nenhuma experiência governamental ocupem os mais altos cargos de um país, o que gera ainda mais instabilidade. Esse despreparo não se limita apenas ao governo, mas também se estende ao parlamento, onde a grande maioria dos deputados eleitos apresenta um baixo nível acadêmico e falta de experiência política. Isso reflete negativamente nas discussões e na tomada de decisões, uma vez que esses políticos escolhidos pelos militares estarão sob o controle deles.

A relação entre os militares e a política na Guiné-Bissau segundo Teixeira:

Na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é muito presente em todas as instâncias do governo, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer o controle civil sobre eles; De 1994, até realização da terceira eleições multipartidárias em 2003, o país teve quatro levantamentos militares dos quais dois são golpes de Estados (1998-2003), em nove anos de experiência democrática. Os militares continuam a exercer influência sobre o poder civil mediante consentimento das chefias militares. Isso aconteceu com o Vice-presidente do PAIGC, Aristides Gomes, que foi rejeitado pelos militares ao cargo de ministro das relações exteriores da Guiné-Bissau, após eleições gerais que reconduziram o PAIGC ao poder, em 2003. (TEIXEIRA, 2022, p.10)

Nota-se que a influência dos militares na política guineense ou sua participação na política é vista como algo natural, uma vez que eles ajudaram e lutaram pela independência.

Eles se veem no direito de decidir e controlar o destino do país, utilizando o poder da força contra a vontade do povo. Irônico é o fato de afirmarem que lutaram para que o povo pudesse ter liberdade para fazer suas próprias escolhas. Conforme mencionado por Teixeira (2022), "Utilizam o estatuto de combatentes para adiar o desenvolvimento do país e, com isso, abrem espaço para a corrupção e a fome, que têm aumentado com os sucessivos golpes de Estado". Eles utilizam seus poderes para orquestrar novos golpes em benefício próprio, em detrimento do sofrido povo guineense. É dentro dessas perspectivas que este trabalho se propõe a analisar e compreender a participação e politização das elites militares da Guiné-Bissau.

Segundo Santos (1996), a democracia não se restringe apenas à escolha pelos votos e eleições periódicas dos governantes, embora esses sejam elementos constitutivos. Ela engloba outros elementos adicionais, como o respeito pelas regras do jogo e a defesa dos interesses dentro dessas regras. Isso significa ter uma sociedade civil articulada e independente do controle do Estado, ter partidos políticos fortes que representem os verdadeiros interesses da sociedade, no mínimo.

3. A GUINÉ-BISSAU E O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Depois do período colonial, os desafios contemporâneos na construção da democracia na África foram permeados por reflexões e debates sobre as ideias democráticas entre os anos 1980 e o início dos anos 1990, principalmente nos países africanos que passavam por processos de reorganização social, política e econômica. Esse processo de mudança de regimes políticos marcou o surgimento do debate sobre o pluralismo político baseado na transição de regimes de partido único para multipartidarismo.

No campo da Ciência Política, essas mudanças são denominadas de "democracias novas". Segundo Barreto (2006, citando Weffort, 1992), essa denominação é utilizada para se referir aos países que passaram de um regime autoritário para uma transição democrática. De acordo com Barreto (2006), democratizar esses países significa transformá-los em regimes eleitorais multipartidários. Na Guiné-Bissau, após o processo de "descolonização" e independência, o país adotou o modelo democrático, ou seja, passou por esse fenômeno. Segundo Té e Monteiro (2020, p. 219), "Do ponto de vista das instituições e do modelo democrático, a Guiné-Bissau adotou o sistema da democracia liberal do protótipo ocidental desde os anos 1991 até os dias atuais sem, no entanto, uma discussão sobre os pleitos endógenos". Houve uma ruptura com a ordem democrática, o país deixou para trás um sistema

autoritário, com a existência de partido único, e entrou em um processo de negociação em que o governo é decidido pelo povo por meio de eleições livres, justas e transparentes, e a retirada dos atores políticos autoritários do cenário político.

Antes de adotar o sistema democrático, a Guiné-Bissau adotou o regime socialista e passou por um período de partido único, em que o Estado era centralmente planejado com uma orientação socialista. Logo nos primeiros anos de independência, o país sofreu um golpe de Estado em 1980. Nesse período, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) assumiu o governo do país, governando por 17 anos com três domínios do poder político: primeiro, o PAIGC como força que dirigia a sociedade e decidia a orientação política do Estado; em segundo lugar, uma concepção própria dos direitos fundamentais; e, em terceiro lugar, uma organização do poder político com concentração de poderes (NOVAIS, 1996, p. 92).

Pode-se observar que durante esse período (1973 a 1990), não existia uma democracia propriamente dita. O PAIGC controlava todos os órgãos do Estado, sem nenhum partido de oposição e sem a participação do povo nas decisões do país. O povo não participava da escolha do presidente da República. Segundo Novais (1996), nesse período o sufrágio era indireto para a Assembleia Nacional Popular: o povo escolhia seus representantes nos Conselhos Regionais e estes escolhiam os deputados para a ANP. Durante essa eleição, foram eleitos os "Órgãos Supremos de Poder de Estado": o Presidente do Conselho de Estado (hoje denominado Presidente da República) e o Conselho dos Comissariados de Estado (ministros), aprovados pela Lei nº 1/73. Todos eles eram membros do PAIGC. Após todo esse processo de criação dos conselhos administrativos do país, Luís Cabral, irmão de Amílcar Cabral, foi nomeado Presidente da República de 1973 a 1980. No dia 14 de novembro de 1980, ocorreu o primeiro golpe de Estado, liderado por João Bernardo Nino Vieira, conhecido como Movimento Reajustador, que derrubou o governo de Luís Cabral. A partir da ascensão de Nino Vieira ao poder, a unidade entre a Guiné e Cabo Verde deixou de existir. De acordo com IÉ (2020, p. 8);

Ao assumir o governo, João Bernardo Nino Vieira, governou com “mãos de ferro”, ele comandava todas as instituições chaves do Estado, prendeu muitas pessoas que tinham discursos contrários ao seu e aqueles que tinham ligação com o governo de Luís Cabral e que demonstravam interesse em dar um golpe contra seu governo. Muitos foram torturados e/ou mortos, essas pessoas eram em sua maioria personagens da luta pela independência do país. Ninguém podia falar mal da sua governação, caso o contrário, a pessoa ficaria preso/morto. Ele centralizou o poder em suas mãos, governou o país com a política de nepotismo e laço familiar. Durante este período não havia a liberdade de imprensa e nem a democracia propriamente dita, seu partido PAIGC era prioridade em termo da legislação. (IÉ, 2020, p. 8)

De acordo De acordo com essa afirmação, podemos perceber que durante esse período, a Guiné-Bissau era um sistema de Partido-Estado e vivia sob uma ditadura completa. Não havia liberdade de expressão e a palavra do presidente era a lei. Não havia descentralização do poder político e o país estava sob o regime de um partido único, passando por diferentes fases de desenvolvimento com influência socialista e liberalização da economia até 1990, quando teve início um processo de democratização. No entanto, as primeiras eleições multipartidárias só ocorreram em 1994.

Conforme Teixeira (2015), "Apesar da abertura política no país em 1991, com o surgimento de novos partidos políticos, o governo do PAIGC adiou as eleições gerais até 1994 por razões estratégicas". No final, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e seu candidato à presidência, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), venceram as eleições.

Segundo Teixeira (2015), no período da abertura política de 1990 até as primeiras eleições gerais em 1994, o governo do PAIGC enfrentou forte contestação, tanto interna quanto externamente, devido à corrupção e ao uso arbitrário do poder político, resultando em sucessivas crises econômicas. No entanto, podemos entender que o processo da luta de libertação nacional permitiu que os menos privilegiados ascendessem socialmente ao poder estatal, o que levou a um monopólio do poder por parte de um grupo restrito de pessoas que participaram da luta de libertação (CARDOSO, 2004). A adoção do pluripartidarismo e a liberalização do antigo regime levam a disputas de poder e tensões entre os atores políticos. Esse sistema deveria permitir a formação do governo com base nos resultados das eleições, em vez do uso da força bruta pelo mais forte ou pelo detentor do poder. O objetivo desse sistema é evitar o abuso de poder, mas, na Guiné-Bissau, isso é apenas uma teoria no papel, como destaca M'Bunde (2017);

À proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu acesso a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da primeira década de 2000. Esse quadro político caótico é caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo, de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares” (M’BUNDE, 2017, p.45).

No início de 1990, mais precisamente em 5 de maio de 1991, foi abolido o Artigo IV, que estabelecia o PAIGC como "a força política dirigente da sociedade e do Estado", e o Artigo

VI, que conferia ao PAIGC a "expressão suprema da vontade soberana do povo" (CARDOSO, 2004). Com a renovação no Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a queda desses dois artigos, abriu-se a possibilidade de criação de outros partidos políticos para competir com o PAIGC no cenário político, marcando a primeira etapa da abertura política no país.

Nesse momento, para atender às exigências do modelo democrático, foi necessário criar leis que permitissem a participação política dos cidadãos e garantir os direitos fundamentais em um Estado Democrático de Direito. Por esse motivo, foi possível revisar a constituição de 1984 por meio da Lei 1/91, de 29 de maio, conforme mencionado por Semedo et al. (2009, apud TÉ, 2019, p.21). foram criadas as seguintes leis:

A lei n 2/91, de 9 de maio, que regulamentou o surgimento dos partidos políticos; a lei n° 4/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei n° 6/91, de 3 de outubro, sobre a criação do conselho nacional de comunicação social; a lei n° 7/91, de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei n° 8/91, de 3 de outubro, sobre a liberdade sindical e a n° 9/91 sobre o direito à greve e; a lei n° 3/92, de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação [...] a despartidarização das FARP e extinção de polícia política e a adoção de princípios consignados na declaração universal dos direitos do Homem. (TÉ, 2019, p.21)

Com a criação dessas leis, foi iniciado o processo de legalização e formação de vários partidos políticos para disputar o poder estatal com o PAIGC em termos políticos e ideológicos. No entanto, em 1994, o país realizou suas primeiras eleições gerais, que foram vencidas pelo PAIGC. A partir desse momento, a Guiné-Bissau tem enfrentado períodos de extrema instabilidade, tanto social quanto política e econômica. Houve sucessivos conflitos que afetaram diferentes segmentos da sociedade, resultando em instabilidade, assassinatos e interrupção dos governos. Desde sua adesão formal ao sistema democrático, o país nunca conseguiu completar um mandato eleito democraticamente, devido a intervenções militares motivadas por partidos políticos ou pelas próprias organizações da sociedade civil, que tendem a apoiar uma das partes envolvidas nos conflitos, entre 1994 e 2012.

A partir de 1994, a Guiné-Bissau realizou sua primeira eleição geral, marcando oficialmente a transição para o regime democrático. Nas eleições de 1994, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e seu candidato à presidência, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), saíram vitoriosos. O segundo pleito ocorreu em 1999, quando o Partido de Renovação Social (PRS) e seu candidato Kumba Yala, apoiado pelo mesmo partido, assumiram o poder, mas também não tiveram sucesso e foram derrubados por um golpe de

Estado, assim como o PAIGC. Portanto, de 2004 a 2018, todas as eleições legislativas na Guiné-Bissau foram vencidas pelo PAIGC, com exceção de 2005, quando o candidato apoiado por esse partido, Malam Bacai Sanhá, não foi eleito. No entanto, até hoje, não houve nenhuma mudança significativa que pudesse reverter a situação precária vivida pela população guineense, que enfrenta falta de pagamento de salários no setor público, greves e disputas de competências entre o presidente da República, ministros e o presidente do partido.

4. O PROCESSO DA INDEPENDENCIA E A FORMAÇÃO DAS ELITES MILITARES DA GUINÉ- BISSAU

A Guiné-Bissau fez parte do império do Mali, governado pelo imperador Sundyata Keita. Após a vitória sobre Somaro na Batalha de Kirina, Sundyata estabeleceu um estado com capital em Niani, localizada ao sul da atual Guiné-Bissau (LOPES, 1987, p. 15-16). Posteriormente, o território foi ocupado pelos portugueses no século XV e passou a ser um dos territórios do chamado "corredor português". Os primeiros contatos com os portugueses foram registrados em 1446, quando navegadores portugueses, como Nuno Tristão, chegaram à costa da Guiné a partir da costa senegalesa. Naquela época, os portugueses ainda assumiam a condição de "hóspedes" e comerciantes de produtos inexistentes na região, negociando com os nativos. Somente após algum tempo é que começaram a promover a escravidão.

Na Conferência de Berlim, Portugal recebeu o direito de posse sobre o território que hoje é chamado de Guiné-Bissau. Segundo (TEIXEIRA, 2015, p. 143), "Foi no contexto da Conferência de Berlim, realizada de 19 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885, que ocorreu a ocupação efetiva e o estabelecimento de novas formas de controle". Nesse período, a África foi efetivamente dividida entre as potências colonizadoras europeias para exploração. O objetivo era resolver as diferenças entre as potências colonizadoras europeias, sendo as principais a França, Alemanha, Grã-Bretanha e Portugal. Os territórios africanos eram áreas de controle e exploração econômica para cada uma dessas potências. A Conferência também perpetuou a escravidão, ignorando qualquer forma de territorialidade das etnias. Nessa época, a Guiné-Bissau era conhecida como "Guiné-Portuguesa".

Durante esse período, houve resistência por parte de vários grupos étnicos, que se opuseram de diferentes maneiras à imposição portuguesa. Esses grupos resistiram à presença e à forma arbitrária de ocupação portuguesa. Conforme afirma Auguel;

“Guiné” foi submetida a uma política de colonização. Conheceu, então, um período extremamente sanguinário e violento, despótico e cruel em que os estrangeiros se empenharam em realizar a dominação, e os africanos resistiram com bravura das mais diversas formas. AUGUEL (2007, p. 54)

Nessa época, as resistências ocorriam em diferentes regiões, em maior ou menor grau. A revolta dos grumetes de Farim, as perturbações em Biafadas na navegação entre o rio Bissau e o Geba, e as sucessivas revoltas dos Bijagós, Balantas, Manjacos e Mandingas contra a presença colonial se intensificaram entre 1845 e 1878 (TEIXEIRA, 2015, p. 215). Nesse período, a existência de uma entidade comum, os colonos portugueses, permitiu uma convivência e união entre as etnias contra o colonizador. Dessa forma, as etnias continuaram a desempenhar um papel relevante no cenário político africano, especialmente na Guiné-Bissau. Elas foram a base e o alicerce para a formação de movimentos de luta e conquista da independência, desencadeando uma resistência cultural e política contra a ocupação portuguesa.

No século XX, testemunhamos o fim do domínio colonial europeu no continente africano, o que marcou uma nova etapa na história da África, resultando na emancipação de uma grande variedade de novos estados independentes. A maioria desses novos países, que se tornaram independentes nas décadas de 1960 e 1970, estava na África, e muitos deles não fizeram esforços significativos para estabelecer instituições legais e formais, como a Constituição da República e estruturas das Forças Armadas (HUNTINGTON, 1994). Muitos deles acabaram se tornando regimes militares ou autoritários.

No caso da Guiné-Bissau, a conquista da independência foi um processo complicado para o país. Ao contrário de outras potências coloniais, Portugal não ofereceu nem permitiu a negociação da independência com os nativos da "Guiné-Portuguesa", como fizeram outras potências coloniais (CABRAL, 1978). Isso significa que Portugal continuou a exercer sua política colonial da mesma forma, mantendo órgãos de soberania e controlando toda a vida social, política, econômica e cultural do país. Como Cabral afirma;

“as recentes “reformas” da legislação colonial, promulgadas em 1961 não modificaram a situação constitucional e jurídica da Guiné “portuguesa”? Como todos sabem, essas “reformas” foram anunciadas pouco depois da Assembleia Geral da ONU ter adotado, durante a sua XV sessão, a resolução sobre a descolonização (...) Com exceção de algumas alterações formais, sobretudo na designação de documentos, tudo continua na mesma (CABRAL.2013, p.109).

De acordo com Cassama (2014), constatava-se uma escassez de escolas no território guineense e restrições no acesso, o que resultava em altos índices de analfabetismo e carência

de mão de obra qualificada. Diante dessa situação, os portugueses da metrópole se viram obrigados a recorrer à mão de obra cabo-verdiana para suprir a falta de trabalhadores "educados" na Guiné-Bissau.

A população da Guiné-Bissau vivenciava condições de vida indignas. Eles eram sujeitos à cobrança de impostos e ao recrutamento compulsório para realizar trabalho não remunerado na construção e manutenção de estradas, pontes, edifícios governamentais e residências. Aqueles que não acatavam as "regras" sofriam punições sumárias, tais como palmatórias e chibatadas.

Nesse período, houve mobilização por parte dos guineenses e cabo-verdianos em prol da luta de libertação da Guiné e Cabo Verde. Com o objetivo de analisar a situação, eles tomaram a iniciativa de criar a União dos Povos da Guiné e Cabo Verde (PAI), que posteriormente passou a ser chamada de PAIGC. No início da década de 1956, foi fundado o Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde, o PAIGC, liderado por Amílcar Lopes Cabral (LOPES, 1988, p. 44). Um dos objetivos do partido era acabar com a dominação colonial portuguesa e estabelecer as bases indispensáveis para a construção da paz, do bem-estar e do progresso.

O partido PAIGC tinha como finalidade constituir e organizar um grupo de guerrilheiros (hoje chamados de antigos combatentes da liberdade da pátria), que incluía cabo-verdianos e guineenses, com o objetivo de lutar pela independência nacional. Com a fundação do PAIGC, começou-se a mobilização das massas em prol dos ideais do nacionalismo. Diante da impossibilidade de travar uma luta de libertação pela via pacífica, outros grupos sociais, tanto urbanos quanto rurais, e indivíduos de diferentes origens étnicas uniram-se em prol da independência.

No início da década de 1960, o PAIGC deu início à luta armada contra o regime colonial português. A luta armada na Guiné iniciou-se em 1963, mas antes de empreender qualquer ação armada contra o Estado colonial, os militantes do PAIGC passaram cerca de três anos investigando pacientemente as condições locais, concentrando seus esforços junto aos grupos étnicos. A luta armada se apresentou como a única via possível para a libertação do país. Em 1964, o PAIGC realizou seu primeiro congresso em nível nacional, conhecido como Congresso de Cassacá, com o objetivo de criar, junto ao partido, um Conselho Supremo de Guerra (CSG), atualmente conhecido como Forças Armadas.

Segundo Silva;

Quanto às Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) - criadas como "Exército Popular", em 1964, durante o I Congresso do PAIGC, em Cassacá, e

compostas também por unidades de guerrilha e milícias populares (Forças Armadas Locais) -, eram um dos «fundamentos» do Estado e a Constituição destacava que se lhes dispensava «uma atenção particular» para que correspondessem à sua «grande responsabilidade [...] na luta armada de libertação nacional e na construção pacífica do país». (SILVA, 2010, p, 4)

A partir desse congresso, surgiram as Forças Armadas Revolucionárias do Povo - FARP, compostas pela população camponesa que, cada vez mais, ganhava força e poder de fogo. Eles aprenderam a usar todos os tipos de armas usadas na luta. Dessa forma, o partido PAIGC foi se consolidando a nível nacional, e as Forças Armadas de Libertação Nacional (FARP) se tornaram o braço armado do PAIGC, monopolizando as funções de defesa nacional e segurança interna (SILVA, 2010).

Das decisões tomadas no Congresso de Cassacá, em 16 de novembro de 1964, em Caurandin, foram criadas as primeiras unidades das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, que passaram a ser o braço armado do PAIGC (Mateus, 2004, p. 231). Pela primeira vez, todas as etnias se encontravam juntas e sob o mesmo poder político, conscientes de uma geografia, história e destinos comuns, e decidiram lutar por sua liberdade e independência. Essas etnias ou povos, ao longo dos séculos, sempre resistiram à dominação colonial de forma isolada e interétnica, muitas vezes fomentada pela própria autoridade colonial (Mateus, 2004, p. 231).

A formação das Forças Armadas na Guiné-Bissau ocorreu a partir do momento em que a colonização portuguesa não compreendia os sinais do tempo e mantinha sua posição de não conceder a independência às suas colônias. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma nova agenda marcou a Ordem Internacional, especialmente a Organização das Nações Unidas, que, em sua Resolução Nº1514 (XV) da Assembleia Geral, "Proclamou solenemente a necessidade de pôr fim rápido e incondicional ao colonialismo em todas as suas formas e manifestações". Nessa época, Portugal, sob o regime de Salazar, permanecia irredutível na preservação da integridade do ultramar, desafiando a nova postura internacional em relação à questão colonial. No entanto, movimentos independentistas começaram a surgir na Guiné portuguesa, e os povos oprimidos estavam dispostos a fazer de tudo para se defenderem contra a "desumanização". A partir dessa data, muito foi feito para tornar o braço armado do PAIGC cada vez mais eficaz. Nesse período, ocorreram muitos eventos, e eventos anteriores que marcaram o sofrimento do povo guineense foram lembrados, como o massacre de Pindjiguite.

Segundo Fati;

Assim, em 3 de agosto de 1959, foi a reivindicação do aumento salarial dos marinheiros do Pindjiguite que culminou num massacre para estes, não só serviu de propaganda política contra o governo colonial, na arena internacional, porquanto também justificou a solução da luta armada como a única via para a

obtenção da Independência da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde. (FATI. 2021, p.5)

Monteiro (2011) afirma que as sucessivas ondas de repressão por parte da administração portuguesa levaram a uma maior conscientização das massas populares, levando-as a se unir na luta armada como forma de oposição ao sistema opressor português. De acordo com Monteiro (2011), a partir de 1959, houve uma participação expressiva das massas populares filiadas ao PAIGC, o que possibilitou o início da luta armada em 1963. No entanto, o partido enfrentava um alto índice de analfabetismo entre seus membros, e teve que lidar com essa questão crítica através da implementação de planos de alfabetização e formação. Apesar disso, a luta armada era vista como a única maneira de obter a independência frente ao sistema opressor português. No entanto, o líder Cabral era contra a forma como a independência foi concebida. Amílcar Cabral afirma:

[...] fazemos a guerra não porque sejamos guerreiros ou porque gostamos da guerra. Não fazemos a guerra para conquistar Portugal. Fizemo-la porque somos obrigados a isso para conquistar os nossos direitos humanos, os nossos direitos de nação, de povo africano que quer a sua independência, mas o objetivo da nossa guerra é um objetivo político, isto é, a libertação total do nosso povo da Guiné e de Cabo Verde, a conquista da nossa independência nacional e da nossa soberania tanto interna como no plano internacional. (CABRAL.1974, p. 61)

No contexto das circunstâncias históricas, a Guiné-Bissau foi impulsionada a adotar a luta armada como meio de legitimar sua independência e soberania diante do sistema opressor português. Após um período de intensa guerra de guerrilha, liderada pelo PAIGC sob a liderança do revolucionário Amílcar Cabral, a Guiné-Bissau finalmente conquistou sua independência após 11 anos de conflito. Cabral foi tragicamente assassinado em Conacri, em 20 de janeiro de 1973, mas seu legado foi continuado por figuras como Aristides Pereira, que assumiu a liderança do PAIGC e manteve a luta pela independência. Em 24 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência do país, embora Portugal só tenha reconhecido essa independência um ano depois, em 1974.

Após o reconhecimento de Portugal, o PAIGC demonstrou sua habilidade em governar e controlar aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos da nação guineense, conforme estabelecido na primeira Constituição da República, promulgada em 24 de setembro de 1973. Luís de Almeida Cabral tornou-se o primeiro presidente da Guiné-Bissau, enquanto o PAIGC se consolidava como o partido único durante os primeiros anos de independência.

No entanto, em 14 de novembro de 1980, ocorreu um golpe de Estado liderado por João Bernardo Vieira, também conhecido como Nino, um antigo combatente que participou ativamente na luta de libertação nacional da Guiné. Esse golpe interrompeu o projeto de unificação entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, resultando na separação dos dois países. João Bernardo Vieira assumiu o poder após o golpe e uma nova dinâmica política se estabeleceu.

Atualmente, a Guiné-Bissau adota um sistema de governo democrático semipresidencialista. Sua Constituição, aprovada em 16 de maio de 1984 e revisada em maio de 1991, estabelece a Assembleia Nacional Popular como o órgão legislativo, o presidente da República como o chefe de Estado e o primeiro-ministro como o chefe de governo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isso, concluímos que, a participação da sociedade castrense ou as forças armadas na Guiné-Bissau, contribuíram por uma profunda crise política, econômica e social no país. Essa situação gera um retrocesso profunda para o desenvolvimento sociopolítica e socioeconômica da Guiné-Bissau. Desde a abertura democrática ou abertura política na Guiné-Bissau (1991), o país convive num processo de instabilidade política pela forte participação da sociedade castrense na arena política partidária. Essa situação vem se criando uma profunda preocupação da sociedade guineense desde a abertura democrática e as primeiras eleições multipartidárias (1994) no país, os atores militares têm exercidos uma parcela significativa na vida política e do controle ao poder estatal no país.

As participações das forças armadas na arena política partidária guineense, criam-se cíclicas golpes de estados e sucessivas violações do Estado democrático e de direito na Guiné-Bissau. Esses golpes de Estados, que é provocado pelas forças armadas guineense geram insubordinações no Estados de direito e democrático e de autocontrole do poder militar no país. Visto que, essa situação, infelizmente, torna-se no nosso país (Guiné-Bissau) como uma prática vicioso e que gera uma profunda instabilidade política, social, ditadura, violência gratuita, nepotismo, impunidade, corrupção, rapto, espancamento e assassinatos das figuras publica no país.

Os golpes militares e as insubordinações deles ao poder político, não devem ser entendidos como um problema simples ou pequeno, mas como um grande problema por utilizarem as armas fazendo do poder político e da sociedade seus reféns. A Guiné-Bissau desde

a sua independência 1973 até o golpe de Estado militar de 2012, vivenciou uma guerra civil e vários golpes de Estado, assassinatos e violências cometidos pelos militares. Devemos então questionar sob quais bases assentam os reiterados golpes de estados, matanças e prisões arbitrárias, então por que é que o país ainda vive nessa profunda instabilidade política e social? quem são os atores materiais e morais dessas instabilidades no país? Porque de tantas matanças barbaras ou assassinatos de cidadãos guineense e de prisão arbitrárias dos atores políticos e civis na Guiné-Bissau?

Neste sentido, temos compreendido que existem várias formas e dimensões de violências praticados pelas forças armadas guineense contra os seus cidadãos e o seu Estado, seja nas grandes cidades como também nas zonas interioranas do país. Diante dessa, situação que se vivencia no país temos percebido que a falta de cultura de diálogo entre os atores políticos e atores militares, o país vivencia uma cultura de violência e de barbárie contra o seu povo. Essa realidade vivenciada no meu país (Guiné-Bissau), faz-se com que o país se mergulha numa instabilidade política e no retrocesso ao desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau, desde a sua fase do regime monopartidarismo (partido único) até o regime multipartidarismo (pluralismo de ideias) vive um grande desafios e atrasos no seu desenvolvimento político, econômico e social. Razão de tudo isso, a Guiné-Bissau é um país institucionalmente frágil em termo de seu comprimento da sua constituição da república e respeito aos poderes soberanos (poder executivo, legislativo e judiciário) do país.

Diante da análise realizada, é possível concluir que a participação das forças armadas na Guiné-Bissau tem contribuído para uma profunda crise política, econômica e social no país. Essa situação acarreta um retrocesso significativo no desenvolvimento sociopolítico e socioeconômico da nação. Desde a abertura política em 1991, a Guiné-Bissau tem enfrentado um processo contínuo de instabilidade política devido à forte presença das forças armadas no cenário partidário. Essa realidade tem causado grande preocupação na sociedade guineense desde a abertura política e as primeiras eleições multipartidárias em 1994, uma vez que os atores militares desempenham um papel significativo no controle do poder estatal.

A interferência das forças armadas na arena política guineense tem gerado ciclos de golpes de Estado e sucessivas violações do Estado democrático de direito. Esses golpes, promovidos pelas próprias forças armadas, minam os princípios de governança democrática e o controle civil sobre o poder militar no país. Infelizmente, essa situação se tornou uma prática viciosa na Guiné-Bissau, resultando em profunda instabilidade política, social e no surgimento de problemas como ditadura, violência gratuita, nepotismo, impunidade, corrupção, sequestros, espancamentos e assassinatos de figuras públicas.

Os golpes militares e as insubordinações ao poder político não devem ser subestimados como um problema simples, mas sim como um grave problema que utiliza as armas para aprisionar o poder político e a sociedade. Desde a independência em 1973 até o golpe militar de 2012, a Guiné-Bissau foi marcada por uma guerra civil, golpes de Estado, assassinatos e violência perpetrados pelos militares. Diante desse contexto, devemos questionar as bases que sustentam esses repetidos golpes de Estado, massacres e prisões arbitrárias, e porque o país ainda vive essa profunda instabilidade política e social. Quem são os responsáveis materiais e morais por essas instabilidades na Guiné-Bissau? Por que ocorrem tantos assassinatos brutais de cidadãos guineenses e prisões arbitrárias de atores políticos e civis?

Nesse sentido, torna-se evidente que existem várias formas e dimensões de violência praticadas pelas forças armadas contra os próprios cidadãos e o Estado, tanto nas grandes cidades quanto nas áreas rurais do país. Diante dessa realidade vivenciada, percebe-se que a falta de cultura de diálogo entre os atores políticos e militares resulta em uma cultura de violência e barbárie contra o povo guineense. Essa situação leva a uma profunda instabilidade política e a um retrocesso no desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Desde a fase do regime monopartidário até o regime multipartidário, a Guiné-Bissau enfrenta grandes desafios e atrasos em seu desenvolvimento político, econômico e social. Portanto, é crucial promover reformas políticas profundas e reformular as Forças Armadas, incluindo capacitação e formação dos agentes militares, com ênfase na ética, para orientá-los sobre condutas apropriadas e fornecer conhecimento básico sobre direitos humanos e respeito ao Estado democrático de direito. Além disso, é necessário reduzir a presença militar na política partidária, visando uma maior estabilidade democrática e a minimização de revoltas e insubordinações dos militares na esfera política. É fundamental também garantir salários dignos e pagamentos pontuais. Os pontos mencionados não encerram completamente o tema, mas podem abrir espaço para atualizações, reflexões, críticas e correções teóricas, metodológicas e empíricas, especialmente no que diz respeito à compreensão dos temas políticos e à construção de uma democracia guineense mais forte e inclusiva em uma República com um espírito republicano ainda mais consolidado em Bissau-Guineense.

REFERÊNCIAS

- AMNISTIA INTERNACIONAL. **Guiné-Bissau: Apresentação da Amnistia Internacional para a Revisão Periódica Universal (UPR) da ONU**. In: Informe 2010- Amnistia Internacional- O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, 8ª Sessão do Grupo de Trabalho UPR do Conselho dos Direitos Humanos, 2010.
- ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da República da Guiné-Bissau**. Guiné-Bissau, 1996.
- AUGUEL, Moema Parente. **O Desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BARRETO, Leonardo. **Quanto de quê? o debate teórico e os estudos de democratização**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6607/1/DISSERT_Leonardo%20Barreto.pdf . Acesso em: 19/10/2022.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BENZINHO, Joana. ROSA, Marta. **A descoberta da Guiné-Bissau**. ONG- Afetos com Letras, 2015.
- CABRAL, Amílcar Lopes. **A Ação Armada e os Métodos Militares**. Portugal: Avante Sarl, 1988.
- CABRAL, Amílcar. **A prática revolucionária. Unidade e Luta, volume II**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.
- CARDOSO, Carlos. **Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999)**. In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2004.
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado, UNESP – Araraquara, São Paulo, 2014.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 1996. Disponível em: https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf . Acesso em: 17/10/2022.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: file:///C:/Users/HIPER/Downloads/8-%20RevPHM_I_1_Sandji%20Fati.pdf . Acesso em: 23/01/2023.
- DJALÓ, Tchernó. Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau. **Soronda Revista dos estudos Guineenses**, edição especial, 7 de junho. Guiné-Bissau: INEP, 2000.
- DWORKIN, Ronald. **Is democracy possible here? Principles for a new political debate**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

EMBALÓ, B. **Civil–military relations and political order in Guinea-Bissau**. GuineaBissau, INEP Bayreuth University, Germany, 2012.

ESTÊVÃO, Carlos Vilar. **Modelo de democracia, direitos e direitos humanos**. In: RISCAROLI, Eliseu; CAMARGO, Flávio Pereira (org.). **Direitos Humanos, Democracia e Justiça: percepções literárias, jurídicas e filosóficas sobre a diferença**. 1ª Ed. Curitiba, PR: CRV, 2013, p. 64-86.

FATI, Sandji. **Início da Guerra na Guiné-Bissau 1963: Uma Visão Guineense**. **Revista Portuguesa de História Militar**, 2021.

GOMES, Antonieta Rosa. **O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau**. In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38680264.pdf> . Acesso em: 28/08/2022.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

IÉ, Nivaldo Casimiro. **Sistema Político De Governação Na Guiné-Bissau (1991-2019)**. Bahia, 2020. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1657/3/2019_arti_nivaldoie.pdf . Acesso em: 17/10/2022.

LOPES, Carlos. **A transição histórica na Guiné-Bissau**. Lisboa: Ates Gráficas, 1987.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A PID/DGS na Guerra Colonial 1961-1974**. Lisboa: Editora Terramar, 2004.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, vol. 1, 2017.

NOVAIS, Jorge Reis. **Tópicos De Ciência Política E Direito Constitucional Guineense**. **Associação Acadêmica Da Faculdade De Direito De Lisboa**, 1996.

SANTOS, Manuel. **Guiné-Bissau: A formação da nação**. Santa Catarina: Repositório UFSC, 1989.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Antônio. **Seminário “Debate a Constituição da Guiné-Bissau”: As Constituições da Guiné-Bissau. Que Constitucionalismo?**. 2010. Disponível em: [https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater\[1\].pdf](https://www.didinho.org/Arquivo/SeminarioDebater[1].pdf) . Acesso em: 22/05/2022.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: a mudança de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia**. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v.04, n.04, 2020.

TÉ, Paulo Anós. **Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a proliferação dos partidos políticos (1991-2018)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

TEIXEIRA, Duma Ricardo. **Golpe De Estado Na Guiné-Bissau 1999-2000**. S/D. Disponível em: <https://www.didinho.org/Arquivo/GOLPEDEESTADONAGUINEBISSAU19982003.pdf>. Acesso em: 17/10/2022.

TEIXEIRA, Ricardo J.D. **Cabo Verde e Guiné-Bissau. As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado**. Recife: Cadernos de Estudos Africanos, 2015.

WEBER, M. **Textos Coligidos**. São Paulo: Ática, 2001.